

MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (NE)

Edilania Reginaldo Alves

Resumo: A escola tem se caracterizado por uma visão de educação que delimita seu acesso como privilégio de um grupo, no entanto, o que poderia ter impulsionado a extensão do acesso à educação, sobretudo à instituição escolar, a grupos até então excluídos, como os pobres e pessoas com Necessidades Especiais (NE)? Nessa perspectiva, este artigo se fundamenta na análise do contexto em que o acesso a tais instituições foram expandidas, discutindo que tipo de educação precisou ser valorizada em cada momento histórico, bem como também, a forma pela qual a sociedade em suas diferentes organizações tratavam aqueles que nasciam ou eram acometidos por algum tipo de NE. Diante dessas considerações, para investigarmos esta problemática, utilizamos como proposta metodológica a abordagem qualitativa. Ao longo do estudo, nota-se que as práticas e concepções segregativas que marcam a existência das pessoas com NE, são condicionadas pela materialidade, e a própria expansão das oportunidades educacionais busca muito mais atender as necessidades do capital do que o caráter educativo, já que, são voltadas principalmente às necessidades de adaptação acrítica dos indivíduos exigida pelo incremento do capital.

Palavras-chave: Concepção de Educação. Trajetória Histórica. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Será necessário um exame mais profundo para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas opiniões e suas idéias em suma, sua consciência? (MARX e ENGELS, 2011 p. 57)

A concepção de educação caracterizada em cada momento histórico apresenta características bem peculiares, que vão a cada período sendo abandonadas em favor do novo paradigma de produção. Nesse percurso, a escola tem se caracterizado por uma visão de educação que delimita a

escolarização como privilégio de um grupo. No entanto, o que poderia ter impulsionado a extensão do acesso à educação, sobretudo à instituição escolar, a grupos até então excluídos, como os pobres e pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)?

Partindo dessa problemática nos defrontaremos com a análise do contexto em que o acesso a tais instituições foram expandidas, bem como a natureza do atendimento educacional oferecido, discutindo que tipo de educação precisou ser valorizada em cada momento histórico, bem como também, a forma pela qual a sociedade em suas diferentes organizações tratavam aqueles que nasciam ou eram acometidos por algum tipo de Necessidade Especial (NE).

Nessa perspectiva, nos atentaremos no debate pela maneira em que os diferentes grupos produziram sua subsistência, já que é através destas relações de produções que se originam as contradições existentes no interior da sociedade. Nesse sentido, teremos como ponto de partida a concepção do materialismo-histórico, já que este,

[...] parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é base de toda a ordem social; de que todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas mais profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e troca... (ENGELS 1979, p.320 apud BIANCHETTI, 1998, p.27).

É nessa perspectiva, que se objetiva compreender o processo de educação/escolarização a partir da materialidade presente em determinada formação social, utilizando-se de uma análise que articule a concepção de sociedade e de homem presente em cada período (CARVALHO, 2009), concebendo esta, como algo indispensável, já que:



[...] o modo de se pensar, e de se agir com o diferente depende da organização social como um todo, na sua base material, isto é, na organização para produção, em íntima relação com as descobertas das diversas ciências, das ideologias, apreendidas pela complexidade da individualidade humana na sua constituição física e psíquica. Daí as diversas formas de o diferente ser percebido nos vários tempos e lugares, que repercutem na visão de si mesmo. (JANNUZZI, 2006, p.01).

Diante dessas considerações, para investigarmos esta incerta, utilizamos como proposta metodológica a abordagem qualitativa, no qual teve como base os escritos de autores como: Bianchetti (1998), Carvalho (2003) (2009), Jannuzzi (2006), Lessa (2008), Marx (2011), Melo (2007), Moscardini (2011), Nascimento (2010), Ponce (2010), Ribeiro (2009), Silva (2009), que forneceram o escopo teórico necessário para o debate do tema em questão.

Nesse sentido, evidenciaremos as principais características de cada modo de produção, ratificando o papel atribuído a educação nas sociedades, primitivas, escravistas, feudal e capitalista, analisando suas singularidades e propostas de ensino ofertadas as pessoas com NE. Para tanto, seguiremos a ordem linear da história da humanidade, elencando inicialmente a percepção da pessoa com NE manifestada pelo povo primitivo.

2 A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL (NE) NA SOCIEDADE PRIMITIVA E SUA PRÁTICA EDUCATIVA

Nas sociedades primitivas, o homem era totalmente dependente da natureza, já que era esta que lhe fornecia os subsídios necessários para sua sobrevivência. Da natureza, através da caça, pesca e coleta de alimentos, que era realizada e desfrutada por todos, o homem atendia a suas necessidades básicas. Sua existência passava assim, a ser dependente da disponibilidade desses produtos, fazendo necessário o seu deslocamento em busca de comida. Desse modo, a primeira forma humana de organização social era formada por pequenos bandos migratórios, no qual,

[...] os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que ajustaram as suas vidas às resoluções de um conselho formado democraticamente por todos os adultos, homens e mulheres da tribo. O que era produzido em comum era repartido com todos, e imediatamente consumido. O pequeno desenvolvimento dos instrumentos de trabalho impedia que se produzisse mais do que o necessário para a vida cotidiana e, portanto, a acumulação de bens. (PONCE, 2010, p.17).

Sendo assim, todos tinham sua vida baseada no comunismo primitivo, já que esta forma humana de organização social, impossibilitava a existência de classes. Diante dos procedimentos diários utilizados em prol da sobrevivência, a educação desse povo se dava através de suas práticas cotidianas, pela convivência com os mais velhos, onde o homem ia conhecendo a realidade e generalizando esses conhecimentos para os mais jovens, passando os ensinamentos de geração para geração. Tratava-se de uma educação natural sob a influência e direção dos ancestrais, onde através deles, os jovens aprendiam as técnicas necessárias para a sobrevivência da comunidade. Deste modo, nota-se que neste momento histórico a educação (em alegoria aos outros períodos) apresentava menos preconceitos, estigmas e exclusão, já que o conhecimento não formal que era o único daquela época era mais acessível (SILVA, 1986 apud CARVALHO, 2009).

No entanto, pelas condições impostas pela natureza, nas relações materialistas no qual se encontravam e em função delas, era necessário que o homem lutasse pela sua sobrevivência e pela do grupo. Nessa perspectiva, aqueles que nasciam acometidos por alguma NE eram concebidos como um empecilho, portanto, o paradigma da organização social das comunidades primitivas apesar de primar pelo acesso comum a todos os bens culturais, no que concerne a relação estabelecida com as pessoas com NE, esta, merece algumas considerações pelo seu caráter dualista, pois, conforme Silva (1986 p.39, apud MELO, 2007 p.28) os povos primitivos tinham dois tipos de atitude: “[...] uma atitude de aceitação, tolerância apoio e assimilação e outra, de

eliminação, menosprezo ou destruição”, já que por vezes aqueles que não se enquadravam no padrão social, considerado historicamente normal, tornava-se um peso morto, eram relegados e abandonados à própria sorte. (BIANCHETTI, 1998).

Neste cenário, em decorrência do modo de vida “selvagem” que esta população vivenciava, as condições que permitiam a sobrevivência das pessoas com NE eram poucas, diante dos constantes deslocamentos e lutas com animais ferozes, sendo que estes, por sua vez, não tinham muita condição de acompanhar o ritmo desses povos que por isso, eram abandonados em meio à mata, já que este desarticulava a convivência do grupo. Como assegura Bianchetti (1998, p.28).

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa [...].

Pois tais atitudes era algo comum nessa sociedade que passava por uma “seleção natural” de sobrevivência, onde os mais fortes sobreviviam.

Com o passar do tempo o conhecimento que o homem obtinha através da prática cotidiana foi sendo aprimorado, já que o mesmo começou a desenvolver ferramentas que facilitassem suas atividades diárias, dessa forma, suas informações estavam em constante evolução e assim este conhecimento elucidou a descoberta da semente e da criação de animais (agricultura e pecuária).

Com o constante aperfeiçoamento dos instrumentos necessários a sua sobrevivência o homem começou a produzir muito mais do que necessitava, surgindo o excedente de produção e conseqüentemente a exploração do homem pelo homem, originando um novo modo de produção que

consequentemente tinha sua concepção de educação, de mundo, etc. Este modo de produção é o escravismo, tema do seguinte tópico.

3 A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL (NE) NA SOCIEDADE ESCRAVISTA E SUA PRÁTICA EDUCATIVA: O SURGIMENTO DO ATENDIMENTO INSTITUCIONALIZADO

Como vimos anteriormente, a descoberta da agricultura e da pecuária, no período de existência das sociedades primitivas, foi o fator predominante para a transição deste modo de produção, que por sua vez, passou a dividir a sociedade em classes antagônicas.

No período de existência das sociedades primitivas quando os grupos entravam em conflito, em disputa pela ocupação de um espaço, o grupo que vencia, não podia fazer dos derrotados seus prisioneiros, já que mal possuíam os meios de sua subsistência. Entretanto, com a evolução das forças produtivas, o homem torna-se capaz de produzir o excedente de produção, obtendo muito mais do que o necessário para a sua subsistência, criando assim, condições para “abrigar” os derrotados das batalhas, mantendo-os como seus prisioneiros. Estes prisioneiros foram nomeados como escravos e o desenvolvimento desse processo levaram a constituição da sociedade escravista, que segundo, Lessa e Tonet (2008, p.59), tinham como características:

[...] a existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores e os escravos. Já que toda a produção destes pertencia ao senhor, aos escravos não interessavam o aumento da produtividade. Ao contrário eles afirmavam a sua humanidade rebelando-se contra as tarefas que lhes eram impostas. Por isso, durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção. Para os senhores, a única forma de aumentar a riqueza era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso, conquistaram enormes impérios dos quais retiravam os escravos de que necessitavam.

Diante dessa forma de organização social, a educação passa a ser um privilégio das classes dominantes que ao se apropriarem da riqueza produzida pelos escravos obtinham muito mais do que o necessário para a sua subsistência, tendo o seu tempo dedicado ao “ócio”. A partir de então nota-se que pela primeira vez, o homem começava a pensar de forma sistematizada, sendo assim tinha uma educação para quem trabalhava e outra para quem pensava, já que estes tinham a missão de governar e pensar pelos demais. Nesse sentido:

O ideal pedagógico já não pode ser o mesmo para todos; não só as classes dominantes têm ideais muito distintos dos da classe dominada, como ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite essa desigualdade de educação como uma desigualdade imposta pela *natureza* das coisas, uma desigualdade, portanto, contra a qual seria loucura rebelar-se. (PONCE, 2010, p.36)

Percebe-se, que cada formação social produz a educação que lhe é adequada. Nesse período da história, onde o modo de produção deu origem a classes antagônicas, a educação sofreu suas modificações necessárias, servindo como um sustentáculo de seus paradigmas, onde esta passou a ser primordial na organização social do poder, onde pessoas diferentes, tinham uma instrução diferente.

Em função das condições materiais de subsistência dos seres humanos presentes nessa formação social, aqueles que não se apresentavam aptos a desenvolverem as atividades de trabalho estabelecidas por este modo de produção, em decorrência de alguma “imperfeição” eram eliminados, fato que elucidou a relação que a sociedade passou a ter com as pessoas com NE.

Diante disto, Carvalho salienta:

A explicação para a eliminação ou o abandono das pessoas com deficiência, que pertenciam à classe escravista, como um procedimento muito comum ao longo de todo este período histórico, encontra-se no fato de que para que o escravo pudesse ser rentável ao proprietário tornava-se necessário que ele obtivesse com o seu trabalho uma produção acima daquilo que necessitava consumir para continuar vivo, ou seja, um excedente que fosse capaz de financiar a si e toda a superestrutura que se fez necessário nas relações de produção escravista. Como essa tarefa não era possível para aqueles com graves deficiências físicas ou sensoriais e ou cognitivas, tornou-se muito mais vantajoso para o escravagista livrar-se dos mesmos. Os que conseguiam escapar do assassinato foram obrigados a submeterem-se a uma existência ainda mais miserável do que aquela vivenciada por aqueles que estiveram submetidos à escravidão. (CARVALHO, 2003, p. 99)

Diante disto, contextualizando o momento de eliminação e abandono das pessoas com NE no escravismo, podemos remontar que esta acontecia, por que este segmento da sociedade era uma barreira para ampliação da riqueza da classe dominante.

A começo de exemplo de povos que viviam sob esta relação de produção, temos as sociedades Grega e Romana, ambas concebiam o trabalho como uma atividade degradante, que deveria ser realizada por seres considerados inferiores.

Esparta era uma Cidade-Estado, pertencente ao povo grego e que tinha suas atividades dedicadas a guerra, valorizava a perfeição do corpo e a beleza. Nessa medida, destacavam-se as práticas que esta sociedade desenvolvia com aqueles que tinham algum tipo de NE, onde os mesmos eram eliminados, já que a “deficiência” contradizia com o modelo grego de homem: belo, forte e inteligente, desse modo,

[...] se ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada: Praticava-se, assim, uma eugenia radical, na fonte. A eliminação dava-se porque a criança não se

encaixava no leito de Procrusto dos espartanos.¹
(BIANCHETTI, 1998, p. 29)

Tal procedimento, visava evitar a sobrevivência das crianças fora do padrão da normalidade, avalizando assim, os paradigmas impostos pela sociedade no qual primavam pela perfeição física, sensorial e mental.

Em Atenas, também podemos presenciar outras práticas que representam a postura desses povos perante as pessoas com NE. Ao nascer, os pais das crianças realizavam uma espécie de ritual de aceitação e culto aos deuses, caso a festa não acontecesse era sinal de extermínio da criança. Os paradigmas seguidos pelo povo ateniense, eram de encontro aos ideais dos filósofos Platão e Aristóteles, onde sua ideologia explanava a prática que era desenvolvida por estes povos. Como podemos constatar no trecho abaixo, onde os mesmos propagam os ideais de extermínio.

Platão (428-348 a.C.), ao procurar descrever sobre como deveria ser uma república perfeita, afirma: "[...] e no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer [...]. Quanto às crianças doentes e às que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto" (PLATÃO apud SILVA, 1986, p. 124 apud CARVALHO, 2009, p.32).

Aristóteles (384 - 322 a.C.) também manifestou sua opinião em relação às pessoas com deficiência, afirmando que "[...] quanto a saber quais as crianças que se deve abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme" (ARISTÓTELES apud SILVA, 1986, p. 124, apud CARVALHO, 2009, p.32).

Esses conceitos que eram passados nesse período procuravam naturalizar estas atitudes e moldar a concepção que a população tinha a respeito do tratamento e educação das pessoas com NE, que nesse período tinha por muitas vezes até o seu direito à vida e alimentação negado.

¹ Mito, citado por Bianchetti (1998), o leito de Procrustos, eram os padrões estabelecidos pela sociedade da época, no qual quem não se enquadrava era morto.

Considerando as características do modo de produção escravista depreendido neste relato, podemos destacar que embora não seja tratado de maneira explícita, percebe-se que as pessoas que apresentavam alguma NE tinha sua vida negada ou interrompida, já que estes não eram rentáveis ao seu proprietário. A educação nesse período passa a ter um reconhecimento maior tendo suas atividades orientadas sobre tudo para atividades atléticas, já que nesta sociedade predominava a prática guerreira e militar.

A transição deste período para o subsequente durou mais de três séculos, e o final, foi impulsionado pelas próprias contradições geradas pelo crescimento do escravismo que já não produzia mais de maneira compensatória. No final deste período as condições de misérias eram enormes, e no que concerne as pessoas com NE, observava-se a presença tímida de algumas instituições "lares para deficientes ('paramonaria'); lares para pessoas cegas ('tuflokoméia'); instituições para pessoas com doenças incuráveis ('arginoréia'); e também organizações para pessoas muito pobres e para mendigos ('ptochéia')" (SILVA, 1986, p. 126-127 apud CARVALHO, 2009, p 35).

Nota-se nessa sociedade a origem das concepções norteadoras das práticas desenvolvidas com as pessoas com NE, a segregação e o assistencialismo, já que esta prática estava voltada principalmente para internação das pessoas NE, e da classe explorada, ficando denominada de institucionalização, este exercício foi enraizado no modo de produção feudal (foco de estudo da próxima análise) e até hoje temos vestígios do mesmo.

4 A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL (NE) NA SOCIEDADE FEUDAL

Com o exposto, intui-se que o declínio do escravismo foi algo decorrente de sua própria forma de organização social, forma esta que não se sustentava

mais pelos trabalhos dos escravos, o que fez com que a população vivesse em um estado de miséria e que se estruturasse um novo modo de produção, no qual este passou a ser centrado no cultivo dos camponeses,

Por isso, a principal característica do feudalismo foi a organização da produção em unidades auto-suficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações limitares para a defesa: os feudos. O trabalho no campo era realizado pelos servos. Esses diferentes dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. A maior parte dela ficava com o senhor feudal, proprietário da terra, e também líder militar, a quem cabia a responsabilidade de defesa do feudo. Ele não poderia vender a terra ou expulsar o servo; este em contrapartida, não poderia abandonar o feudo. O servo estava ligado à terra e o senhor feudal, ao feudo. (LESSA e TONET, 2008, p.63-64)

Sendo assim, o senhor feudal obtinha sua riqueza através do trabalho do servo e dessa forma, este teria que produzir o suficiente não apenas para sustentar a si mesmo e sua família, mas também todo um sistema de vassalagem. Entretanto, embora os servos tivessem acesso à parte das terras e instrumentos de trabalhos, a sua força de trabalho era explorada tal qual a dos escravos, porém, em alegoria ao modo escravista, apesar de ainda possuir condições favoráveis a eliminação das pessoas com NE, o fato de o servo possuir parte da terra e conseguir os elementos necessários para a sua sobrevivência e de sua família, existiam condições presentes na materialidade que beneficiavam esse segmento social, estes fatos presentes nessa formação social, condicionaram a mudança de atitude desse povo que paulatinamente foi rompendo com a prática de eliminação das pessoas com NE e oportunizando a todos o acesso aos meios de vida daquela época.

Como já enunciado anteriormente o período de transição do escravismo/feudalismo, correspondeu com o surgimento do chamado processo de institucionalização. No qual, nesse período, foi fortificado em decorrência da ideologia implantada pela Igreja Católica, já que esta passou a venerar como princípios de ordem o homem como um ser possuidor de corpo-alma, sendo

que este, agora independentemente de sua composição física deveria ser tratado com dignidade.

Estes, eram os aspectos valorativos dessa época, no qual refletiam os ideias do advento do Cristianismo que passou a valorizar o ser humano e seu direito à vida. Diante disto, a questão da “deficiência” era concebida como algo que requeria à piedade do povo.

[...] o deficiente tem que ser mantido e cuidado. A rejeição se transforma na ambigüidade proteção-segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade-castigo. A solução do dilema é curiosa: para uma parte do clero, vale dizer, da organização sócio-cultural, atenua-se o “castigo” transformando-o em confinamento, isto é, segregação (com desconforto, algemas e promiscuidade), de modo tal que segregar é exercer a caridade, pois o asilo garante um teto e alimentação. Mas, enquanto o teto protege o cristão, as paredes escondem e isolam o incômodo ou inútil. Para outra parte da sócio cultura medieval cristã o castigo é caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou anti-sociais do deficiente. (PESSOTTI, 1984, p. 7, apud CARVALHO, 2009, p 42)

Dessa forma, a ideologia implantada, camuflava a insegurança da sociedade, já que estas “casas de caridade”, muito mais do que fazer o bem ao próximo, objetivava excluir esses indivíduos do meio social, para assim impossibilitar a sua generalização. Desse modo esse segmento da sociedade, nesse momento histórico, de certa forma ganha o direito à vida, porém passa a ser estigmatizado pelo moralismo cristão. Sendo assim, este tratamento proposto pela Igreja Católica as pessoas com NE, tinha caráter ambivalente, fortificando mais uma vez o marco e a permanência dos termos assistencialismo e segregação.

Durante este longo período histórico, nota-se que as pessoas com NE, mais uma vez ficam vulneráveis ao padrão de vida estabelecido pela sociedade, que no caso, tinha suas concepções de mundo, homem e

educação, ancorados nos ideais da Igreja Católica, que paradoxalmente tinha seus princípios cristãos baseados tanto no acolhimento e na segregação, quanto na eliminação e no abandono, a exemplo deste, podemos referendar a imagem do homem profano atribuída a este segmento que por vez, levou a sua eliminação, através da Santa Inquisição. Diante disto, Bianchetti (1998), salienta:

É essa concepção, relacionando diferença com pecado, que deve nos auxiliar a compreender a segregação e a estigmatização, principalmente das milhares de pessoas que foram eliminadas pela fogueira da inquisição. Mas tudo isso deve ser entendido como um fenômeno histórico e geograficamente localizado. Se não fizermos isso, sucumbiremos a julgamentos morais e moralizadores, os quais não passam de miopia intelectual. Assim, uma análise mais abrangente deve nos ajudar a entender que a queima de alguém que trouxesse no seu corpo alguma diferença considerada não-normal, ou explicasse ideias divergentes do *status quo*, ou se comportasse de forma considerada não adequada - fato que imediatamente era associado a um suposto consórcio com o demônio-, não era, num primeiro momento, praticada por maldade ou por sadismo. O raciocínio maniqueísta que presidia tais episódios era que o demônio havia se apossado do corpo da pessoa e que a melhor forma de humilhá-lo; de impingir-lhe uma derrota era arrancar-lhe a posse. É isso que nos ajuda a compreender por que nos autos da inquisição e nas justificativas da Igreja Católica não se encontram afirmações de que ela tenha queimado pessoas. A expressão que aparece é a de que a Igreja procedeu a uma “purificação pelas chamas.” (BIANCHETTI, 1998, p. 33)

Como percebemos, em virtude da concepção dominante daquela época, na qual imperava os ideais da Igreja Católica, a explicação para as diferenças daquelas pessoas eram fundamentadas em preceitos divinos, no qual a visão de homem e de mundo tiveram no teocentrismo o seu modelo de vida, que diante dessas determinações de caráter maniqueísta, as pessoas que eram consideradas fora dos padrões da normalidade, eram supostas aos julgamentos da Santa Inquisição, já que representavam um símbolo do mal.

Nesse período a Igreja passou a controlar não só apenas o paradigma de vida do povo, como também a educação e quase toda a economia feudal, que baseada nos ofícios corporativos do meio rural representou uma pequena necessidade de escola, onde basicamente toda transmissão social e cultural, se dava por meio da convivência e oralidade, nesse caso, a educação popular e muito mais a das pessoas com NE era relegada já que a instrução oferecida para este público era centrada na socialização das doutrinas cristãs.

No entanto, o predomínio da dimensão técnica nas atividades produtivas, as grandes navegações, impulsionou o florescimento do comércio, que abalaram significativamente, a organização social do feudalismo incitando a origem do modo de produção capitalista. Nesse contexto os dogmas do até então modo de produção passaram a ser contestados, dando alusão a uma nova concepção de mundo, homem e educação, como veremos adiante.

5 A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL (NE) NA SOCIEDADE CAPITALISTA: SURGIMENTO E EXPANSÃO DA ESCOLA E SEGREGAÇÃO PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A expansão comercial e marítima iniciada no modo de produção anterior instigaram o desenvolvimento urbano e a intensificação das atividades mercantis, que inicialmente eram executadas pelas corporações de ofício, caracterizadas pelo trabalho artesanal. Contudo, as necessidades de consumo acoplado ao ritmo de produção dessa técnica de trabalho, fez com que gradativamente esta, fosse substituída pelas manufaturas. Em seu vigor, a atividade do trabalho reparte-se entre diversos trabalhadores, sendo assim a mercadoria não é mais o produto individual de um só operário, é um produto social, como enfatiza Bianchetti (1998, p.38):

Com a produção em série, vai se impor o especialismo, sendo que de cada pessoa exige apenas uma eficiência no desempenho de uma ou de algumas tarefas. Seu nível

teórico/prático vai ser dado pelas contribuições de Frederick W. Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947), que vão estabelecer a necessidade do gerenciamento científico do trabalho, com base nos princípios ratificadores da divisão técnica e social entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Desse modo, com a divisão do trabalho, cada indivíduo passa a executar uma única tarefa, intensificando a produção que repercutiu na ampliação do mercado comercial, dentro desses princípios percebe-se também a separação entre o saber (trabalho intelectual) e o fazer (trabalho manual). Para a educação, este paradigma de produção, traz como principal consequência a dualidade da escola, que passa a oferecer uma formação educacional diferente a cada tipo de futuro trabalhador.

Foi neste cenário, que esta forma de organização social foi se consolidando e a velha ordem feudal foi dando espaço para o modo de produção capitalista. Entre as necessidades dessa nova organização, impõem-se a disposição de uma escola que educasse a massa de trabalhadores que passou a ser concedida na medida em que esta tornou-se necessária para subsistência da classe dominante, atuando tanto no sentido de instrumentalizar mão-de-obra, como promotora de seus ideais. Dessa forma, a educação popular é institucionalizada e surge o conceito de escolarização, que segundo Ribeiro (2006, p.53):

[...] diz respeito ao complexo processo que envolve aspectos relacionados com a instituição escolar: a quem é oferecida, qual a sua função, sua organização, seu currículo, a tecnologia a sua disposição (livros, recursos e materiais utilizados para a escrita, entre outros), a forma e o princípio das ações pedagógicas desenvolvidas em seu interior, o sistema escolar (se é constituído ou não), entre outros, inclui os saberes culturais associados a determinados grupos profissionais e a transformação destes em disciplinas escolares, como exemplifica a investigação de Jean Hébrard (1990).

Nesse momento, onde a educação passa a ser sujeita a métodos, tempos, regras etc., o ensino passa a ser formal e a escola surge como a instituição responsável pela socialização dos saberes historicamente acumulados pelo homem, entretanto, vale ressaltar que este conhecimento não tem o mesmo caráter para todos os segmentos da sociedade, já que uns recebem uma educação mais elementar, voltada para atividades de cunho manual, e outros uma educação superior. Este aspecto se estendia também para as pessoas com NE, no qual assim como a educação popular, sua educação, foi concedida estrategicamente para servir o mercado produtivo, onde a educação foi defendida para que estes fossem incorporados ao trabalho e contribuíssem com o crescimento econômico. Como Jannuzzi (2006, p.53) apresenta no grifo abaixo:

Todos devem ser aproveitados, em algum sentido, devendo a escola selecioná-los e prepará-los para o seu lugar devido. Os anormais em classes selecionadas, com professores especializados, com grandes conhecimentos científicos e um grande poder de intuição, trabalhando para aumentar neles a adaptabilidade e a laboriosidade.

Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento da educação formal, combinado com a universalização do acesso a escola, provocou a expansão da educação especial com a consolidação dos institutos especializados, que ao mesmo tempo que segregavam as pessoas com deficiência do convívio social, tornava-o minimamente produtivos ao capital. Posteriormente isto foi avivado com o acesso ao ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta breve retrospectiva histórica, nota-se que as práticas e concepções segregativas que marcam a existência das pessoas com NE, são condicionadas pela materialidade, e a própria expansão das oportunidades educacionais busca muito mais atender as necessidades do capital do que o

caráter educativo, já que, são voltadas principalmente às necessidades de adaptação acrítica dos indivíduos exigida pelo incremento do capital, pois deixam a formação humana em segundo plano.

Summary: The school has been characterized by a vision of education that limits their access privilege as a group, however, which could have driven the extension of access to education, especially at the school, the hitherto excluded groups such as the poor and people with Special Needs (NE)? In this perspective, this article is based on the analysis of the context in which access to such institutions were expanded, discussing what kind of education needed to be valued in each historical moment and also the way in which society in its different organizations those treated who were born or were affected by some type of NE. Given these considerations, to investigate this issue, we used as a qualitative methodological approach. Throughout the study, we note that the practices and conceptions secretary marking the existence of people with NE, are conditioned by materiality, and even expanding educational opportunities seeks more capital to meet the needs of the educational character, since , are geared primarily to the needs of individuals uncritical adaptation required by the capital increase.

Keywords: Design of Special Educação.Trajectoria Histórica.Educação.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio.FREIRE, Ida Maria.(Org.)**Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.**Campinas:Papirus,1998.p.21-51.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. **As condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade:** as bases objetivas de sua exclusão social. 2003. 104f. Monografia (Conclusão do curso) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. **Inclusão social e as pessoas com deficiência: uma análise na perspectiva crítica.** Dissertação – (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.178 f.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI.** 2 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.-(Coleção educação contemporânea).

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução. Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MELO, Júlio César de. **Políticas públicas de inclusão social: um estudo sociojurídico sobre a pessoa com deficiência.** Dissertação – (Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.136f.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Tradução. José Severo de Camargo Pereira. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Momentos Históricos da Escolarização. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2009.p.53-69.

SILVA, Sandra Maria Gonçalves Fernandes da. **Classes Bilíngues para alunos surdos em escolas inclusivas – Modelo de Referência em Pernambuco.** Monografia – (Curso de Especialização). Faculdade de Santa Helena, Recife, 2009. 64 f.

* Recebido em Maio de 2013.

* Aprovado em junho de 2013.